

09.julho.2015 – 14h00

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO DO PETICIONÁRIO – [Petição n.º 517/XII/4.^a](#) – Solicita medidas de proteção para os cidadãos que visitam monumentos como muralhas de castelos ou fortes de Portugal.

Peticionários: Arnaldo Vitor Castro Beleza Reis e João Santos Baptista
(*por videoconferência*)

Deputados: Deputados Inês de Medeiros (Deputada relatora da Petição), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Carlos Enes (PS) e Michael Seufert (CDS-PP).

Os Srs. Arnaldo Reis e João Santos Baptista fizeram uma breve apresentação da Petição, frisando que a mesma foi despoletada após uma visita ao Castelo de Marvão, com uma criança de 5 anos, em que perceberam o perigo que corriam.

Referindo, em suma, que:

- Pretendem, com este alerta, eliminar os acidentes mortais nos monumentos como muralhas de castelos ou fortes e encontrar soluções inteligentes para resolver o problema;
- Existem diversas soluções possíveis, sendo que aquelas a que se tem recorrido em Portugal nem sempre são as mais adequadas. A este propósito, exibiram fotografias dos castelos de Guimarães, Óbidos, Tomar, Monforte e também de um castelo na Escócia, para concluírem que algumas intervenções são autênticas aberrações e que importa também garantir a preservação dos monumentos com o mínimo de impacto visual.

Assim, solicitam que sejam adotadas medidas que permitam minimizar o perigo de morte nos castelos, fortes e muralhas portuguesas, através de soluções inteligentes e que mantenham a sua integridade.

Interviu, de seguida, a Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD), que agradeceu o alerta deixado e lembrou que todas as intervenções em património têm uma dupla vertente: por um lado a sua salvaguarda e, por outro, o menor impacto visual possível. Referiu ainda que esta questão merece uma reflexão por parte do Estado Central e das autarquias e que os impactos das intervenções terão de ser os menores possíveis, de modo a não limitar a fruição dos monumentos.

O Sr. Deputado Carlos Enes (PS) agradeceu a exposição e o alerta, afirmando que se trata de um tema polémico, existindo situações em que as intervenções são exageradas e outras em que são insuficientes. Agradeceu a iniciativa e referiu que vai alertar o poder político para a situação descrita.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (Relatora) agradeceu a exposição e disse reconhecer que a legislação é dispersa, pelo que considerou muito pertinente o alerta para a necessidade de legislação específica sobre esta matéria. Frisou que a segurança é uma questão essencial, bem como as acessibilidades, admitindo, no entanto, ser difícil encontrar um modelo de

intervenção *standard* para todos os monumentos. Terminou, agradecendo o desafio e afirmando que vai propor, no relatório, que seja questionada a Direção-Geral do Património Cultural sobre se o levantamento está ou não efetuado, lembrando que não será possível, neste momento, à Assembleia da República desencadear outro tipo de iniciativas.

Os Srs. Arnaldo Reis e João Santos Baptista agradeceram as intervenções dos Deputados e afirmaram que existem, do ponto de vista técnico, soluções para a questão das acessibilidades e para a preservação dos monumentos, pelo que estranham o tipo de soluções encontradas em alguns monumentos, que consideram descabidas e desajustadas.

Alertaram ainda para o facto de uma notícia negativa poder ter um efeito muito penalizador para o turismo e fizeram ainda alusão à responsabilidade da Assembleia da República, no caso de não serem tomadas medidas e de algo acontecer.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) explicou o papel do relator das petições e lembrou que não compete à Assembleia da República efetuar intervenções nos monumentos. Acrescentou ainda que cabe aos Grupos Parlamentares tomar as iniciativas que entendam adequadas, pese embora não seja viável, neste momento, a apresentação de iniciativas legislativas, visto que a Legislatura está a terminar. Assim, disse esperar que o relatório possa servir de alerta.

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) reafirmou que as intervenções no património não são da responsabilidade dos Deputados e precisou que todos os Grupos Parlamentares terão acesso ao relatório, que é votado na reunião da Comissão, pelo que poderão tomar as diligências que entenderem adequadas.

A gravação áudio da reunião está disponibilizada na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 09 de julho de 2015

A assessora da Comissão
Cristina Tavares